

Relatório de Auditoria Anual de Contas



Presidência da República

Controladoria-Geral da União

Secretaria Federal de Controle Interno

Unidade Auditada: OBSERVATORIO NACIONAL

Exercício: 2012

Processo: 01210000026201378

Município: Rio de Janeiro - RJ

Relatório nº: 201306040

UCI Executora: CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Análise Gerencial

Senhor Chefe da CGU-Regional/RJ,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 201306040, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre a prestação de contas anual apresentada pelo OBSERVATORIO NACIONAL.

1. Introdução

Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de 06/05/2013 a 24/05/2013, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela Unidade Auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

2. Resultados dos trabalhos

Verificamos na Prestação de Contas da Unidade a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-63/2010 e pelas DN-TCU-119/2012 e 124/2012.



Em acordo com o que estabelece o Anexo IV da DN-TCU-124/2012, e em face dos exames realizados, efetuamos as seguintes análises:

2.1 Avaliação da Conformidade das Peças

A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas nesse item, consideraram-se as seguintes questões de auditoria: (i) A unidade jurisdicionada elaborou todas as peças a ela atribuídas pelas normas do Tribunal de Contas da União para o exercício de referência? (ii) As peças contemplam os formatos e conteúdos obrigatórios nos termos da DN TCU nº 119/2012, da DN TCU nº 124/2012 e da Portaria-TCU nº 150/2012?

A metodologia da equipe de auditoria consistiu na análise censitária de todos os itens que compõem o Relatório de Gestão e as peças complementares.

A partir dos exames referentes ao Processo nº 01210.000026/2013-78, concluiu-se que a Unidade elaborou todas as peças a ela atribuídas pelas normas do Tribunal de Contas da União para o exercício de 2012. Além disso, as peças contemplam os formatos e conteúdos obrigatórios nos termos da DN TCU nº 119/2012 e 124/2012 e da Portaria-TCU nº 150/2012.

2.2 Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos da Gestão

A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas nesse item, considerou-se a seguinte questão de auditoria: (i) Os resultados quantitativos e qualitativos da gestão, em especial quanto à eficácia e eficiência dos objetivos e metas físicas e financeiras, planejados ou pactuados para o exercício, foram cumpridos?

A metodologia da equipe de auditoria consistiu na análise das duas ações finalísticas da UJ. Além disso, foram incorporados os resultados das auditorias (inseridas no âmbito do Acompanhamento Permanente da Gestão) realizadas durante o exercício de 2012.

Os dois quadros a seguir representam as informações sobre suas execuções físicas e financeiras.

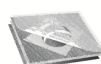


240126 – Observatório Nacional - ON					
Programa 2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação					
AÇÃO	Meta Física			Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências adotadas
	Previsão	Execução	Execução / Previsão (%)		
AÇÃO: 2291 - Metrologia de Tempo e Frequência, de Gravidade e de Orientação Magnética.	70	75	107,14%	-	-
AÇÃO	Meta Física			Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências adotadas
	Previsão	Execução	Execução / Previsão (%)		
AÇÃO: 4124 - Pesquisa e Desenvolvimento em Astronomia e Astrofísica, Geofísica e Metrologia de Tempo e Frequência	69	70	101,45%	-	-

Fonte: Relatório de Gestão 2012 do ON.

Com relação à execução física da Ação 2291, esta engloba atividades diversas de metrologia de tempo e frequência e de gravimetria, desdobrando-se em serviços diversos prestados à sociedade. Destaca-se a geração, manutenção e disseminação da Hora Legal, cuja obrigação legal (Decreto n.º 10.546, de 1913) é do Observatório Nacional e que atualmente vem sendo disseminada também de forma digital. Entendemos que o ligeiro excedente no valor pactuado para cumprimento da meta física da ação 2291 deve-se às variações sazonais que ocorrem nas demandas por serviços de calibração. Ressaltamos que o Termo de Compromisso de Gestão - TCG apresenta um indicador mais representativo para as atividades executadas nessa Ação: o índice de produtos e serviços – IPS.

As publicações científicas, unidade de medida da ação 4124, são alcançadas mediante o trabalho dos grupos de pesquisa nas áreas de astronomia, geofísica e metrologia em tempo e frequência do Observatório Nacional, algumas vezes no âmbito de projetos de



cooperação internacional. A meta pactuada para o ano de 2012 foi plenamente alcançada.

Ainda com relação à Ação 4124, verificamos que o ON realiza nesta ação, além da elaboração de artigos científicos, teses e dissertações, a promoção de eventos técnico-científicos, palestras, etc. Em 2012, conforme listado no Relatório do TCG 2012, o total dessas publicações foi 83, sem incluir as dissertações e teses concluídas no exercício. O número de 70 que consta no PPA foi o valor apurado até o momento do fechamento do Sistema de informações sobre as ações do MCTI - SigMCT.

Quanto às execuções financeiras, temos o quadro abaixo:

240126 – Observatório Nacional - ON					
Programa 2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação					
Ação	Meta Financeira				
	Fixação (dotação Final / atualizada) (R\$)	Execução Despesa Empenhada (R\$)	Despesa Empenhada / fixação (%)	Despesa Liquidada (R\$)	Despesa Liquidada / Fixação (%)
AÇÃO: 2291 - Metrologia de Tempo e Frequência, de Gravidade e de Orientação Magnética	1.220.000,00	1.219.092,93	99,93%	1.199.740,61	98,34%
AÇÃO: 4124 - Pesquisa e Desenvolvimento em Astronomia e Astrofísica, Geofísica e Metrologia de Tempo e Frequência	2.880.000,00	2.877.281,26	99,91%	2.848.565,45	98,91%

Fonte: Relatório de Gestão 2012 do ON.

Avaliamos que as execuções financeiras das Ações correspondentes às atividades finalísticas do ON estão compatíveis com suas execuções físicas. Além disso, observamos que para o cumprimento de sua missão e competências, o ON mantém parcerias variadas com instituições/entidades no país e no exterior. Os principais parceiros internos (da esfera do MCTI) são a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisas - SCUP do MCTI, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, que



contribuem com recursos para demandas de infraestrutura laboratorial, e de pesquisa e de desenvolvimento institucional. A Petrobras também é parceira estratégica para as atividades de geofísica desenvolvidas no ON. Outros parceiros incluem inúmeras universidades e institutos de pesquisas brasileiros e internacionais.

Já na área meio do ON, destacamos a execução financeira da ação 2000, de gestão e manutenção da UJ, que foi de 95,25% e não possui meta física.

Por fim, a partir dos resultados das auditorias realizadas no âmbito do Acompanhamento Permanente da Gestão realizadas durante o exercício de 2012 elaborou-se o seguinte Quadro:

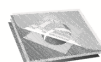
Ação	Quantidade de empenhos analisados	Volume total analisado R\$	Quantidade de empenhos cujo objeto do gasto foi incompatível com a finalidade da ação	Volume dos empenhos cujo objeto do gasto foi incompatível com a finalidade da ação
2000	6	2.982.498,95	-	-
4124	2	1.185.395,20	-	-
6995	1	568.000,00	-	-
4661	1	135.757,85	-	-
2291	3	774.893,60	-	-

Fonte: SIAFI 2012.

Assim, conclui-se que, dentro da amostra analisada – mais de 80% do total da despesa da UJ até outubro de 2012, os recursos aplicados pela unidade foram em objetos de gastos compatíveis com as finalidades das ações.

Avaliamos que os controles internos administrativos da UJ quanto aos seus resultados quantitativos e qualitativos são adequados.

2.3 Avaliação dos Indicadores de Gestão da UJ



A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas nesse item, considerou-se a seguinte questão de auditoria: Os indicadores da unidade jurisdicionada atendem aos seguintes critérios:

(i) **Completude** (capacidade de representar, com a maior proximidade possível, a situação que a UJ pretende medir e de refletir os resultados das intervenções efetuadas na gestão)?

(ii) **Comparabilidade** (capacidade de proporcionar medição da situação pretendida ao longo do tempo, por intermédio de séries históricas)?

(iii) **Confiabilidade** (confiabilidade das fontes dos dados utilizados para o cálculo do indicador, avaliando, principalmente, se a metodologia escolhida para a coleta, processamento e divulgação é transparente e reprodutível por outros agentes, internos ou externos à unidade)?

(iv) **Acessibilidade** (facilidade de obtenção dos dados, elaboração do indicador e de compreensão dos resultados pelo público em geral)?

(v) **Economicidade** (razoabilidade dos custos de obtenção do indicador em relação aos benefícios para a melhoria da gestão da unidade)?

A metodologia da equipe de auditoria consistiu na análise dos indicadores no Acompanhamento Permanente da Gestão durante o exercício de 2012.

Os indicadores de gestão do Observatório Nacional estão previstos no Termo de Compromisso de Gestão – TCG, acordado com o MCTI, e foram informados no Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2012.

Com objetivo de responder a questão de auditoria quanto à avaliação da utilidade e mensurabilidade dos indicadores do ON, foram analisados 9 dos 17 indicadores institucionais que fazem parte do TCG (52,94%): quatro físicos e operacionais, um administrativo e financeiro, três de recursos humanos e um de inclusão social. Esses indicadores estão apresentados no quadro seguinte:

Nome do Indicador	Área da Gestão	Relacionado ao Macroprocesso Finalístico	Descrição do Indicador	Fórmula de Cálculo
IPUB	Resultados Quantitativos e Qualitativos – Indicadores	SIM	Índice de Publicações: Número de publicações por técnico, com uma	$IPUB = NPSCI / TNSE$ <p>NPSCI = N° de publicações em periódicos, com</p>



	Físicos e Operacionais		casa decimal.	ISSN, indexados no SCI, no ano. TNSE = Somatório dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCT completados ou a completar na vigência do TCG.
PPACN			Índice de Projetos, Pesquisas e Ações de Cooperação Nacional.	Número de Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições nacionais, no ano, a serem listados pela Unidade de Pesquisa.
PPDB			Índice de Projetos de Pesquisa Básica Desenvolvidos.	PPBD = PROJ / TNSEp PROJ = N° de projetos desenvolvidos no ano. TNSEp = Somatório dos Técnicos de Nível Superior, Especialistas, ou seja, o somatório de Pesquisadores, Tecnólogos e Bolsistas de Nível Superior, vinculados diretamente à pesquisa, com mais de doze meses de atuação, a serem listados pela Unidade de Pesquisa.
IPS			Índice de Produtos e Serviços.	IPS = (NPS + NSM) / TNSEp NPS = Número de produtos e serviços fornecidos a terceiros, externos ao ON, mediante contrato de venda ou prestação de serviços. NSM = Número de unidades de serviço, apurado entre os serviços prestados em massa, mediante contrato com terceiros ou disponibilizados ao público em geral.
IEO	Resultados Quantitativos e Qualitativos – Indicadores Administrativos e Financeiros		Índice de Execução Orçamentária	IEO = VOE / OCCe * 100 VOE = Somatório dos valores de custeio e capital efetivamente empenhados e liquidados OCCe = Limite de Empenho Autorizado.
ICT	Resultados Quantitativos e Qualitativos – Indicadores de Recursos Humanos		Índice de Capacitação e Treinamento	ICT = ACT / OCC x 100 ACT = Recursos financeiros (próprios ou via fundações) aplicados em capacitação e treinamento no ano, incluindo despesas com passagens e diárias em viagens para participação em cursos, congressos, simpósios e eventos similares, além de taxas de inscrição e despesas com instrutores, o

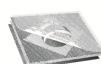


				<p>custo da cessão de servidores para esses eventos e o da dispensa/apoio de servidores para aprimoramento educacional/profissional no horário do expediente, calculados proporcionalmente aos salários/dia ou hora despendidos nesses eventos.</p> <p>OCC = Somatório das dotações de Outros Custeios e Capital, das fontes 100 e 150, efetivamente empenhadas e liquidadas no período.</p>
PRB			Participação Relativa de Bolsistas	<p>$PRPT = NPT / NTS \times 100$</p> <p>NPT = Somatório do pessoal terceirizado existente no ON.</p> <p>NTS = Número total de servidores em todas as carreiras.</p>
PRPT			Participação Relativa de Pessoal Terceirizado	<p>$PRPT = NPT / \{NTP+NTS\} * 100$</p> <p>NPT = Somatório do pessoal terceirizado no ano.</p> <p>NTS = Nº total de servidores em todas as carreiras no ano.</p>
IIS	Resultados Quantitativos e Qualitativos – Indicadores de Inclusão Social		Indicador de Inclusão Social	Número de ações educativas e de promoção da cidadania, nas áreas de atuação do ON, em escolas do ensino público e comunidades carentes.

Fonte: Relatório de Gestão 2012 do ON.

O Quadro abaixo apresenta o resumo da avaliação da equipe em relação aos indicadores analisados.

Nome do Indicador	Completude	Comparabilidade	Acessibilidade	Confiabilidade	Economicidade
IPUB	S	S	S	S	S
PPACN	S	S	S	S	S
PPDB	S	S	S	S	S
IPS	S	S	S	S	S
IEO	S	S	S	S	S



ICT	S	S	S	S	S
PRB	S	S	S	S	S
PRPT	S	S	S	S	S
IIS	S	S	S	S	S

Ressaltamos que os 9 indicadores analisados acima já vem sendo utilizados há algum tempo e estão relacionados ao cumprimento da missão da UJ e a execução de seu Plano Diretor - PDU 2011 - 2015.

Diante das informações apresentadas e da análise do TCG anual celebrado entre o ON e o MCTI, concluímos que a utilização de indicadores como parte integrante do processo de tomada de decisões encontra-se em evolução na UJ, principalmente nas áreas operacional, administrativa, financeira, recursos humanos e inclusão social.

O TCG inclui a conceituação técnica, o acompanhamento permanente dos mesmos e onde são estabelecidas formalmente as metas de desempenho a serem alcançadas. Constatamos que todos os indicadores que fazem parte do TCG possuem série histórica. Além disso, destacamos que o TCG é assinado com diversas UJ's pertencentes ao MCTI e possui basicamente os mesmos indicadores utilizados pelo ON. Sendo assim, qualquer análise mais abrangente desses indicadores deverá considerar o conjunto de UJ's que os utilizam.

Os controles internos administrativos sobre os indicadores da UJ são exercidos pela própria Diretoria da instituição, não havendo uma estrutura formal.

2.4 Avaliação dos Indicadores dos Programas Temáticos

Considerando que na Lei N °12.593/2012 os indicadores são exigidos apenas para os programas temáticos, considerando que durante a gestão 2012 não foi publicado o decreto de Gestão do PPA 2012-2015, considerando ainda que não há definição quanto ao Gerente do Programa e Coordenador da Ação (agentes no modelo de gestão do PPA 2008-2011 e que determinavam se a Unidade era ou não responsável pelo programa ou ação), a avaliação do item 4 do anexo IV da DN 124/2012 restou prejudicada. Dessa forma, o controle interno se abstém de emitir opinião sobre o item 4 na gestão 2012.

2.5 Avaliação da Gestão de Pessoas



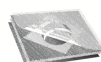
A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas nesse item, consideraram-se as seguintes questões de auditoria: (i) A gestão de pessoas possui processos de trabalho que buscam a adequabilidade da força de trabalho da unidade frente às suas atribuições? (ii) O(s) setor(es) responsável(is) observou(aram) a legislação aplicável à remuneração, cessão e requisição de pessoal? (iii) Os registros pertinentes no sistema contábil e nos sistemas corporativos obrigatórios (foco no SIAPE) estão sendo lançados de forma tempestiva e possuem qualidade suficiente ao nível de sensibilidade inerente ao assunto? (iv) O(s) setor(es) responsável(is) observou (aram) a legislação aplicável à admissão de pessoal, concessão de aposentadorias, reformas e pensões? (v) Os registros pertinentes no sistema contábil e nos sistemas corporativos obrigatórios (foco no SISAC) estão sendo lançados de forma tempestiva e possuem qualidade suficiente ao nível de sensibilidade inerente ao assunto?

A metodologia da equipe de auditoria foi diferenciada conforme o item. Quanto à força de trabalho, foi realizada a confirmação das informações prestadas no Relatório de Gestão da Unidade com a subsequente análise. Quanto à remuneração de pessoal estatutário (ativos, inativos e pensionistas) foi realizada uma análise censitária no SIAPE a partir de ocorrências pré-estabelecidas (cruzamento entre os registros no SIAPE e a legislação de pessoal das unidades) e não foram identificadas ocorrências. Quanto aos registros no sistema corporativo, foi realizada uma análise censitária de todos os registros de admissão, aposentadoria, reforma ou pensão no SISAC.

Quanto à força de trabalho, com base na consulta ao SIAPE e no contido no Relatório de Gestão de 2012 da Unidade, as informações foram consideradas consistentes pela equipe de auditoria. Verificou-se que o quadro de pessoal do ON estava assim constituído no final do exercício de 2012:

Quadro: Tipologia dos Cargos

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	122	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4 + 3)	122	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	122	0	0



1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0
3. Total de Servidores (1+2+4)	122	0	0

Fonte: Folha de Pagamento ON - SIAPE – Dezembro – 2012 Relatório de Gestão 2012

Analisando o Plano Diretor do ON 2011 – 2015, constatamos que este contém uma seção dedicada ao dimensionamento da força de trabalho e seu encolhimento ao longo dos anos. Com base nos estudos apresentados, evidenciamos que nos últimos 25 anos a movimentação de pessoal no ON registrou um déficit de 66 servidores, considerando que ocorreu a entrada de 66 pessoas em todas as carreiras por concurso, redistribuição e reintegração e, em contrapartida, a saída de 132 servidores por motivos diversos.

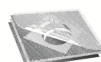
Neste período, a despeito da realização de concurso público em 2008 e mais recentemente em 2012, os efeitos da redução de pessoal só não foram mais significativos porque foi possível manter os programas de pós-doutoramento, além de terceirizados em funções autorizadas em lei, ainda que em número muito aquém do necessário, conforme o quadro a seguir. Note-se, como demonstrado no quadro abaixo, extraído do PDU 2011-2015 da UJ, que, à exceção dos pós-doutorandos, apenas a força de trabalho não pertencente ao quadro permanente aumentou no período de 2006 a 2013.

Quadro: Quantitativo de servidores ao longo do tempo

Pessoal	2006 (n.º)	2013 (n.º)	Variação (%)
Servidores em todas as carreiras	143	122	-15%
Pesquisadores e Tecnologistas	62	49	-21%
Pós-doutorandos	12	19	58%
Terceirizados	43	66	53%

Fonte: PDU 2011-2015 da UJ

A UJ apresentou também, em seu PDU 2011-2015, a composição desejável para a força de trabalho nos próximos cinco anos: 60 pesquisadores, 50 tecnologistas, 70 técnicos, 20 analistas e 25 assistentes, representando um aumento de 80% da força de trabalho



atual, para ser incorporada, paulatinamente, ao longo dos próximos cinco anos, descontadas as perdas por aposentadorias e falecimentos.

Além disso, de modo a enfatizar a perda de servidores do ON ao longo do tempo, reproduzimos o descrito no PDU 2011-2015 da UJ, em sua página 14:

“Nos últimos 20 anos, a movimentação de pessoal no ON registrou um déficit de 66 servidores, considerando que ocorreu a entrada de 66 pessoas em todas as carreiras por concurso, redistribuição e reintegração e, em contrapartida, a saída de 132 servidores por motivos diversos.

Este processo de diminuição de pessoal, sem a expectativa de reposição por concurso público, foi considerado no planejamento estratégico de 2005 e apontado como uma das mais graves restrições para execução do PDU 2006-2010.”

A seguir, avaliaremos o perfil do quadro de pessoal do ON quanto à sua faixa etária.

Quadro: Servidores por faixa etária

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária (em anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1 Provimento de Cargo Efetivo	0	11	25	68	19
- Servidores de Carreira	0	11	25	68	19
2 Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	0
- Grupo de Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0
- Funções Gratificadas	-	-	-	-	-
TOTAL (1 + 2)	0	11	25	68	19

Fonte: Folha de Pagamento ON - SIAPE – Dezembro – 2012 e Relatório de Gestão 2012.



Analisando o quadro anterior, verificamos que a idade média dos servidores é superior a 53 anos e a previsão de aposentadorias rapidamente compensará a entrada dos novos servidores (três analistas, sete pesquisadores, sete tecnologistas e nove técnicos) a serem empossados em 2013.

Essa análise reflete o envelhecimento do quadro de pessoal da unidade sem a sua devida reposição de recursos. Em seu Relatório de Gestão 2012, a UJ apresentou a situação dos servidores que preenchem as condições para a aposentadoria hoje – 25% e a previsão de aposentadorias para os próximos três anos, que correspondem a uma possível perda de 40% da força de trabalho nos próximos três anos, se todos que preenchem os requisitos efetivamente se aposentarem.

Quanto à remuneração de pessoal, na ausência de ocorrências específicas na UJ, foram analisados os dados da folha de pagamento de 10 servidores na unidade, representando 8,13% (10/123) do total, com vistas a avaliar a gestão de pessoas, por meio da observância à legislação sobre remuneração relativa à concessão de adicional de insalubridade e periculosidade, ao pagamento da rubrica: salário CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) e a cessão de pessoal. Da aplicação dos testes de auditoria por parte da equipe, conforme escopo definido antes do início dos trabalhos na unidade, informamos que não foram encontradas desconformidades / irregularidades. Evidenciamos ainda que o ON não possui servidores cedidos ou requisitados.

Quanto aos registros no SISAC, apresentamos o quadro abaixo:

Quantidade de atos de admissão, concessão de aposentadoria, reforma e pensão emitidos em 2012.	Quantidade de atos cujo prazo do art. 7º da IN 55 foi atendido.
7	5

Fonte: Extrações do sistema SISAC

O ON já cadastrou todos os atos ocorridos em 2012 no SISAC. Nos dois casos em que o prazo de 60 dias não foi respeitado, um deles foi por problema de senha de acesso ao sistema e o outro devido à ausência da única pessoa habilitada para tal fim na UJ.



Sobre os controles internos administrativos na área de gestão de pessoas do ON, evidenciamos que a UJ não tem governabilidade para manter seu quadro de pessoal relativamente às suas atividades finalísticas e à gestão dos níveis de pessoal desejáveis. A definição de sua força de trabalho fica a cargo de negociações entre o MCTI e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, sendo que, sempre que solicitada, a UJ encaminha suas demandas ao órgão solicitante.

O crescimento do número de bolsistas, estagiários e terceirizados é fator atenuante da carência de pessoal no Observatório. O último concurso para analista de C&T (final de 2012) foi realizado diretamente pelo MCTI, não tendo sido possível por parte do ON a proposição dos perfis para as atividades mais carentes de pessoal. Além disso, apontamos para a existência de três indicadores pertencentes ao TCG e relacionados à área de RH.

Ademais, a UJ apresentou o conjunto de suas Normas Internas e Portarias vigentes na área de RH.

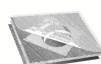
Desta forma, consideramos seus controles internos administrativos nessa área adequados.

2.6 Avaliação da Situação das Transferências Voluntárias

Não houve no exercício de 2012, por parte da UJ, atos de gestão relacionados a transferências voluntárias concedidas.

2.7 Avaliação da Regularidade dos Processos Licitatórios da UJ

A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas nesse item foram consideradas as seguintes questões de auditoria: (i) os processos licitatórios realizados na gestão 2012 foram regulares? (ii) os processos licitatórios e as contratações e aquisições feitas por inexigibilidade e dispensa de licitação foram regulares? (iii) os critérios de sustentabilidade ambiental foram utilizados na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras? (iv) os controles internos administrativos relacionados à atividade de compras e contratações estão instituídos de forma a mitigar os riscos?



Quanto à regularidade dos processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades, o resultado das análises está sintetizado conforme os quadros a seguir, sendo que a seleção da amostra analisada foi realizada com base no critério da materialidade. No que tange à verificação da utilização de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, analisamos o único edital de licitação em que era obrigatória a observação à legislação de compras sustentáveis e verificamos o seu adequado atendimento.

Licitação - Geral

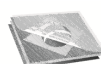
Quantidade total Processos Licitatórios	Volume total de recursos dos processos Licitatórios (R\$)	Quantidade avaliada	Volume de recursos avaliados (R\$)	Quantidade em que foi detectada alguma irregularidade	Volume dos recursos em que foi detectada alguma irregularidade
3	770.404,80	2	658.034,00	0	0

Dispensa de Licitação

Quantidade total Dispensas	Volume total de recursos de dispensas (R\$)	Quantidade avaliada	Volume de recursos avaliados (R\$)	Quantidade em que foi detectada alguma irregularidade / impropriedade	Volume dos recursos em que foi detectada alguma irregularidade
5	554.559,50	2	498.887,50	1	100.000,00

Inexigibilidade de Licitação

Quantidade total	Volume total de recursos	Quantidade avaliada	Volume de recursos avaliados	Quantidade em	Volume dos recursos em que foi
------------------	--------------------------	---------------------	------------------------------	---------------	--------------------------------



Inexigibilidade	de dispensas (R\$)		(R\$)	que foi detectada alguma irregularidade	detectada alguma irregularidade
2	50.084,60	2	50.084,60	0	0

Compras Sustentáveis

Área	Quantidade de processos de compra na gestão 2012	Quantidade de processos de compra selecionados para avaliação (A+B+C)	Quantidade de processos (dos avaliados) dispensados de aplicar a legislação de compras sustentáveis (A)	Quantidade de processos (dos avaliados) em conformidade com a legislação de compras sustentáveis (B)	Quantidade de processos (dos avaliados) em desconformidade com a legislação de compras sustentáveis (C)
TI	2	2	2	0	0
Obras	1	1	0	1	0
Outros	7	3	3	0	0

Com base na amostra analisada, constatamos que a gestão de compras da unidade apresentou apenas impropriedades que não impactaram a gestão como um todo. Em uma das dispensas de licitação, cujo objeto foi a contratação de agência de viagens para aquisição de passagens aéreas, houve falha no acompanhamento das alterações da legislação pertinente, o que acarretou em prorrogação de um contrato emergencial, vedado pela lei de licitações e contratos do governo federal. Já em uma das inexigibilidades houve falha formal pela ausência de informações no processo referente à contratação. Entretanto, como o objeto era da contratação era a renovação e manutenção de software, as informações faltantes existiam nos processos que originaram as contratações e nas renovações nos anos anteriores.

Portanto, apesar de não ter havido falhas no setor de compras da UJ, entendemos que os controles internos do setor necessitam de aprimoramento, principalmente no que se refere às rotinas de formalização dos processos e de acompanhamento das alterações das normas.



2.8 Avaliação da Gestão do Uso do CPGF

Para avaliar a gestão do uso do cartão de pagamento do governo federal (CPGF) pelo ON em 2012, a metodologia da equipe de auditoria consistiu no levantamento de informações por meio de questionamentos formais à unidade sobre os controles internos existentes relacionados ao uso do CPGF e na análise documental de 9 processos de suprimento de fundos, selecionados pelos critérios de materialidade e criticidade (ocorrência de saques), que corresponderam ao montante de 42% dos volumes de recursos executados em 2012 pela UJ na modalidade suprimento de fundos.

A partir dos exames realizados se elaborou o seguinte Quadro.

Modalidade	Quant. total de transações do Exercício	Vol. total de recursos de (R\$)	Quant. avaliada	Vol. De recursos avaliados (R\$)	Quant. em que foi detectada alguma irregularidade	Vol. Dos recursos em que foi detectada alguma irregularidade (R\$)
Fatura		75.100,00		31.500,00	0	0
Saque	8	10.878,61	3	7.793,25	2	0

Da análise dos processos verificamos duas ocorrências de saques não justificados formalmente no momento da constituição do processo, somente a partir da solicitação emitida por esta CGU, evidenciando a necessidade de melhorias dos controles internos formais por parte dos setores responsáveis, tanto preventivo, no ato da execução do suprimento, quanto posterior, na análise das prestações de contas.

2.9 Avaliação da Gestão de Passivos sem Previsão Orçamentária

A metodologia da equipe de auditoria consistiu na avaliação, utilizando o SIAFI gerencial, da movimentação de todas as contas do Passivo que se relacionam a passivos assumidos pela UJ sem prévia previsão orçamentária de créditos ou de recursos, bem como análise das informações prestadas no Relatório de Gestão.



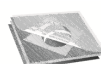
Não foi encontrado nenhum valor registrado nas contas contábeis pertinentes. Do mesmo modo, são consideradas consistentes as informações apresentadas no Relatório de Gestão do exercício 2012 do ON, de que não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos durante o exercício sob exame.

2.10 Avaliação da Gestão de Tecnologia da Informação

A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas nesse item consideraram-se as seguintes questões de auditoria por tema: Tema 1 - PDTI [(i) O PDTI abrange o conjunto mínimo de itens definido no modelo de referência do Guia de Elaboração de PDTI do SISP? (ii) O PDTI está sendo efetivo para direcionar as ações de TI? (iii) O PDTI está alinhado com os objetivos do negócio do órgão definidos no Plano Estratégico Institucional (PEI)?]; Tema 2 – Recursos Humanos [O órgão mantém independência em relação aos empregados das empresas contratadas?]; Tema 3 - Política de Segurança da Informação [O órgão/entidade definiu e documentou a Política de Segurança da Informação e Comunicação - POSIC, com apoio da alta gestão da UJ, em conformidade com as recomendações do GSI e normas aplicáveis?]; Tema 4 - Desenvolvimento de Software[O órgão/entidade definiu, documentou e implantou um processo de desenvolvimento software, utilizando padrões de gestão para o monitoramento dos projetos de desenvolvimento e adotando métricas para mensuração de esforço e custo relacionadas a entrega de produtos?]; Tema 5 - Contratações de TI [(i) As contratações de Soluções de TI, realizadas no período de exame, foram baseadas nas necessidades reais do órgão/entidade, estão alinhadas com o PDTI ou documento similar e estão em conformidade com a IN04 2010 da SLTI? (ii) Os processos licitatórios para contratação de Soluções de TI foram baseados em critérios objetivos, sem comprometimento do caráter competitivo do certame, e realizados preferencialmente na modalidade pregão, conforme dita a IN04 2010 da SLTI? (iii) Os controles internos adotados para gestão do contrato foram suficientes e adequados para garantir, com segurança razoável, a mensuração e o monitoramento dos serviços efetivamente prestados, segundo a IN04 2010 da SLTI?]

Para cada tema estabeleceu-se a seguinte metodologia de análise constante no quadro abaixo considerando inclusive os resultados já obtidos no Acompanhamento Permanente da Gestão 2012.

Tema	Metodologia
PDTI	Avaliação do PDTI ou documento equivalente, das listas das ações de TI de 2012 (no sítio do



	órgão e no DOU).
Recursos Humanos de TI	Avaliação dos editais, contratos e ordens de serviços de TI vigentes em 2012.
Política de Segurança de Informação	Avaliação da política de Segurança da Informação e Comunicação e/ou outros documentos correlatos; e de documentos que comprovassem a participação da alta direção nas decisões relacionadas à POSIC. (Atas, emails, memorandos).
Desenvolvimento de Software	Avaliação do processo de desenvolvimento de Software utilizado pelo órgão/entidade.
Contratações de TI	Avaliação dos processos de formalização e de pagamento das contratações realizadas pela UJ no exercício em análise.

Tema 1 – PDTI:

O PDTI 2011-2015 do ON foi desenvolvido anteriormente à divulgação do Guia de Elaboração de PDTI do Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática - SISIP, em 2012. A adequação do PDTI do ON ao referido guia será realizada quando da elaboração do próximo PDTI da UJ. A Divisão de Tecnologia da Informação – DTIN realiza um acompanhamento periódico da execução do PDTI. Além disso, registramos a existência do Planejamento Estratégico da UJ, consubstanciado em seu Plano Diretor 2011-2015.

A UJ apresentou a documentação que comprova a existência de um Comitê Gestor de Tecnologia da Informação que faz o papel do Comitê de TI do ON.

Tema 2 – Recursos Humanos de TI

Verificamos que a área de tecnologia da Informação do ON possui uma estrutura que opera com 18 pessoas no total, 13 terceirizados e cinco servidores efetivos. Apesar disso, a UJ enfrenta dificuldades para a efetiva implantação do PDTI, pois considera esse quantitativo insuficiente para atender os vários projetos de pesquisas e desenvolvimento, que apresentam grande demanda de TI. Foi promovido concurso em 2012 e novos servidores, ainda a serem empossados, deverão se incorporar ao quadro atual. A UJ apresentou a lista dos treinamentos de TI, ocorridos em 2012, visando à melhoria e à atualização dos conhecimentos dos servidores que atuam na área.



Registramos que o Plano de Cargos e Salários do ON é o mesmo do MCTI e nele não consta cargo específico para a área de TI.

Tema 3 - Política de Segurança da Informação

No momento, não existe ainda uma política de segurança aprovada na UJ. Esse processo está em desenvolvimento pela DTIN que recém apresentou uma versão inicial à comissão de TI. Essa documentação foi disponibilizada pela UJ e pela empresa contratada pelo ON para realizar este monitoramento e gerenciamento.

Tema 4 - Desenvolvimento de Software

O ON não possui um Processo de Desenvolvimento de Sistemas, pois a DTIN não desenvolve sistemas. Os desenvolvimentos são realizados apenas no âmbito dos projetos de pesquisa, que não estão sob a responsabilidade da UJ.

Tema 5 – Contratações de TI

As aquisições de bens e serviços de TI são realizadas com metodologia definida, disponibilizada pela UJ, abordando o planejamento e a seleção do fornecedor.

Analisamos uma das contratações de Soluções de TI realizadas no período de exame e, verificamos que a amostra selecionada foi baseada na necessidade real do órgão/entidade, está alinhada com o PDTI e em conformidade com a IN04 2010 da SLTI.

Entendemos que os controles internos administrativos de TI do ON, considerando a estrutura e o perfil da UJ, são razoáveis tendo em vista as necessidades atuais do observatório. Necessitando, entretanto, de algumas melhorias quanto à formalização e ao controle de riscos, principalmente na área de segurança de TI.

2.11 Avaliação da Gestão do Patrimônio Imobiliário



A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas nesse item, consideraram-se as seguintes questões de auditoria (i) existe estrutura de pessoal e tecnológica capaz de gerenciar bens imóveis da União, próprios ou locados de terceiros, que estejam sob responsabilidade da UJ? (ii) Todos os imóveis geridos pela UJ (no caso administração direta, autarquias, fundações e EED) estão registrados no SPIUnet (bens de uso especial)? (iii) Todos os imóveis geridos pela UJ estão com data de última avaliação superior a 2008? (iv) Existem demonstrativos que evidenciem as memórias de cálculos e os principais critérios adotados para reavaliações e valorizações/desvalorizações dos imóveis sob responsabilidade da UJ? (v) Os gastos realizados com a manutenção dos imóveis da União são proporcionalmente mais representativos que os gastos com a manutenção de imóveis locados de terceiros? (vi) Os processos de locação de imóveis de terceiros são formalizados e os preços contratuais dos aluguéis são compatíveis com os valores de mercado? (vii) Os gastos com benfeitorias necessárias e úteis realizadas pela UJ nos imóveis locados de terceiros durante EF foram indenizadas pelos locadores nos termos na lei 8245/1991?(viii) A estrutura de controles internos administrativos está instituída de forma a mitigar os riscos na gestão do patrimônio imobiliário?

A metodologia da equipe de auditoria consistiu na avaliação por amostragem não aleatória depois de realizado o levantamento de todos os bens especiais existentes, bem como dos gastos com manutenção, locação e benfeitorias. Utilizou-se no levantamento informações do inventário de bens imóveis, do SIAFI gerencial e do SPIUNet. No caso específico dos bens especiais foram incorporados os resultados obtidos durante o Acompanhamento Permanente da Gestão 2012.

ON possui três imóveis/terrenos, um dos quais compõe o campus do ON-MAST, cadastrados no SPIUNet embora parte de um deles esteja sob responsabilidade do MAST.

Evidenciamos a existência de um Plano Diretor ON-MAST, elaborado em setembro de 2005, e que estabeleceu, de modo preliminar, quais os bens imóveis que estão sob a guarda do ON e quais estão sob a guarda do MAST. Ressaltamos que essa distribuição pode ser revista pelo MCTI.

O ON, além de não utilizar bens imóveis de uso especial locados de terceiros, não efetuou qualquer reavaliação de seus três imóveis.

Constatamos que, nos termos do Termo de Entrega Provisória, de 14/10/2010, assinado pela SPU e o MCTI, este consta como outorgado do imóvel que compõe o campus ON/MAST.



Os gastos de manutenção e reforma, realizados pelo ON nos imóveis sob sua guarda, estão relacionados no quadro abaixo:

RIP	Despesa no Exercício (R\$)	
	Com Reformas	Com Manutenção
6001.02792.500-6 (Campus ON/MAST)	541.332,70	235.262,32
0427.00587.500-2 (Observatório Magnético – Vassouras)	-	148.351,01
5923.00013.500-7 (Tatuoca - Belém)	-	85.841,62
Total	541.332,70	469.454,95

Fonte: ON

Verificamos que, dentro de suas possibilidades orçamentárias, o ON procura manter suas instalações em boas condições de uso, sendo que, em várias ocasiões foram solicitados recursos extraorçamentários para promover as melhorias necessárias nas edificações existentes. Além disso, com base nos testes realizados, concluímos que o acompanhamento físico dos imóveis da União cedidos ao ON é feito por pessoal interno terceirizado, que atende as demandas de pequeno e médio porte, enquanto que as demandas maiores são contratadas caso a caso.

A estrutura de controles internos da UJ relativa à gestão de patrimônio é adequada tendo em vista o perfil da UJ. Entendemos que a Diretoria da instituição está ciente sobre os eventuais riscos decorrentes da falta de contratos de manutenção preventiva por restrições orçamentárias. Registramos apenas a ausência da regularização quanto a qual parte do terreno pertence à instituição, conforme Plano Diretor ON-MAST, e apontamos que esse trabalho específico demanda um esforço temporário, isto é, a demanda de recursos humanos é apenas durante o trabalho de regularização.

Recomendações:

Recomendação 1: Atuar junto ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação para que sejam tomadas as providências para regularização dos imóveis no campus administrado pelo ON e pelo MAST.

2.12 Avaliação da Gestão Sobre as Renúncias Tributárias

A metodologia adotada consistiu no levantamento das declarações fornecidas pela UJ no Relatório de Gestão e nos registros contábeis pertinentes. São consideradas consistentes as informações apresentadas no Relatório de Gestão do exercício 2012 do



ON, de que não houve renúncias tributárias, sob gestão da UJ, durante o exercício sob exame.

2.13 Avaliação do Cumprimento das Determinações/Recomendações do TCU

O órgão de controle interno optou por incluir a avaliação do cumprimento dos acórdãos para a UJ considerando a seguinte questão de auditoria: caso haja uma determinação específica do TCU à CGU para ser verificada na junto à UJ, a mesma foi atendida?

A metodologia consistiu no levantamento de todos os acórdãos que haja determinação para a UJ e seja citada a CGU com posterior verificação do atendimento do mesmo.

Diante do exposto, observa-se que não houve determinação que atende ao critério de amostra estabelecido e, tampouco, houve a emissão de acórdão para o ON em 2012.

2.14 Avaliação do Cumprimento das Recomendações da CGU

O órgão de controle interno optou por incluir a avaliação do cumprimento das recomendações emitidas por ele considerando a seguinte questão de auditoria: A UJ mantém uma rotina de acompanhamento e atendimento das recomendações emanadas pela CGU especialmente quanto: à instauração de TCE, à apuração de responsabilidade, ao fortalecimento do controle interno administrativo?

A metodologia consistiu no levantamento de todas as determinações existentes e emitidas durante a gestão 2012 com posterior verificação do atendimento das mesmas.

Como não houve ocorrência de recomendações dessa CGU para o ON no exercício de 2012, avaliamos, dentre as recomendações anteriores, aquela considerada de maior relevância, isto é, o fracionamento de despesas na aquisição de bens e serviços. Considerando às análises efetuadas sobre o exercício de 2012, consideramos que a recomendação foi atendida.



2.15 Avaliação da Carta de Serviços ao Cidadão

O órgão de controle interno optou por incluir a avaliação da Carta de Serviços ao Cidadão considerando a seguinte questão de auditoria: a unidade possui carta de serviço ao cidadão nos moldes do Decreto 6932/2009?

A metodologia consistiu na avaliação da Carta de Serviço ao Cidadão conforme prescreve o Decreto 6932/2009.

A partir dos exames aplicados concluiu-se que a UJ não presta serviços diretamente ao cidadão. Acrescentamos que o ON possui em sua página institucional uma variedade de informações e serviços realizados, que estão relacionados com suas atividades técnico-científicas nas áreas de astronomia, geofísica e metrologia do tempo e frequência.

2.16 Avaliação do CGU/PAD

O órgão de controle interno optou por incluir a avaliação do Relatório de Correição considerando as seguintes questões de auditoria: Existe estrutura de pessoal e tecnológica capaz de gerenciar os procedimentos disciplinares instaurados e a devida utilização do sistema CGU-PAD na UJ? A UJ está registrando as informações referentes aos procedimentos disciplinares instaurados no sistema CGU-PAD?

A metodologia consistiu na avaliação do Relatório de Correição fornecido pelo sistema CGU-PAD.

A partir dos exames aplicados concluiu-se que, em 2012, não houve instauração de Processos Administrativos Disciplinares – PAD no ON e que, considerando as dimensões da instituição e dentro das condições atuais da UJ, a estrutura de pessoal e tecnológica é suficiente para gerenciar os PAD instaurados e o devido uso do sistema CGU-PAD.

2.17 Avaliação do Parecer da Auditoria Interna

A UJ não possui unidade de Auditoria Interna.



2.18 Avaliação dos Controles Internos Administrativos

A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas nesse item considerou-se a seguinte questão de auditoria: (i) Os controles internos administrativos instituídos garantem o atingimento dos objetivos estratégicos?

A metodologia da equipe de auditoria consistiu na avaliação de todas as áreas de gestão auditadas (já avaliadas nos itens anteriores) e dos principais macroprocessos finalísticos. A partir da avaliação comparada entre os controles internos por área de gestão e os macroprocessos finalísticos emitiu-se uma opinião sobre os componentes: ambiente de controle, avaliação de risco, procedimentos de controle, informação e comunicação, monitoramento.

De acordo com o perfil e o tamanho da UJ, consideramos que os controles internos administrativos do ON carecem de melhorias quanto à formalização de seus processos e acompanhamento das mudanças na legislação, de modo a possibilitar que os riscos possam ser melhor avaliados e controlados. Em algumas situações, como por exemplo: renúncias tributárias praticadas, avaliamos que, diante da baixa probabilidade da sua ocorrência, a relação custo x benefício da criação de controles internos não se justifica.

2.19 Ocorrências com dano ou prejuízo

Entre as análises realizadas pela equipe, não foi constatada ocorrência de dano ao erário.

3. Conclusão

Eventuais questões formais que não tenham causado prejuízo ao erário, quando identificadas, foram devidamente tratadas e as providências corretivas a serem adotadas, quando for o caso, serão incluídas no Plano de Providências Permanente ajustado com a UJ e monitorado pelo Controle Interno. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

Rio de Janeiro/RJ, 25 de Junho de 2013.

Relatório supervisionado e aprovado por:

Chefe da Controladoria Regional da União no Estado do Rio De Janeiro



Achados da Auditoria - nº 201306040

1 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

1.1 Administração da Unidade

1.1.1 ORIGEM DO PROGRAMA/PROJETO

1.1.1.1 INFORMAÇÃO

Informação básica das principais ações sob responsabilidade do ON.

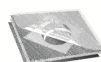
Fato

Trata-se das informações básicas das principais ações executadas pelo ON. No levantamento dessas informações foram considerados os critérios de materialidade, relevância e criticidade, além da vinculação finalística à missão da UJ, com extensão correspondendo a 95% do total das despesas executadas pela UJ, conforme discriminado abaixo:

Programa - Descrição	Ação (projeto / atividade / Op. Especiais) - descrição	Finalidade	Forma de Implementação / detalhamento	Representatividade
2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	Ação: 12C9 - Recuperação da Infraestrutura Física das Unidades de Pesquisa	Promover a expansão e recuperação das instalações físicas (prediais e laboratoriais) assim como dos equipamentos das Unidades de Pesquisa do MCT, objetivando à segurança do trabalho e ao desenvolvimento das atividades científicas e tecnológicas.	Direta e Descentralizada Descentralização de recursos orçamentários e financeiros para as Unidades de Pesquisa do MCT.	5,34%
	Ação: 2291 - Metrologia de Tempo e Frequência, de Gravidade e de Orientação Magnética	Atingir excelência nos estudos e serviços nas áreas de metrologia de tempo e frequência, gravimetria e orientação magnética.	Direta As atividades são planejadas e executadas visando o atendimento da demanda e o aperfeiçoamento da qualidade dos serviços.	8,66%
	Ação: 4124 - Pesquisa e Desenvolvimento em Astronomia e Astrofísica, Geofísica e Metrologia de Tempo e	Desenvolver conhecimentos em astronomia e astrofísica, geofísica e metrologia de tempo e	Direta Utilização de recursos financeiros repassados pela União para	17,87%



	Frequência	freqüência.	realização das diversas atividades compreendidas na ação. As ações implementadas serão acompanhadas e avaliadas através de Termos de Compromisso de Gestão-TCGs, assinados anualmente pela direção do Instituto com o MCT, através da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa e por visitas técnicas de especialistas.	
	Ação: 4661 - Desenvolvimento de Novas Linhas de Pesquisa e Inovação nos Institutos de Pesquisa do MCTI	Expandir e fortalecer a capacidade de pesquisa científica, tecnológica e de inovação no País em novas áreas e/ou áreas estratégicas na forma de redes com a participação dos Institutos de Pesquisa vinculados e supervisionados pelo MCT.	Direta Descentralização de recursos orçamentários/financeiros pela União, através de Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário – TDC, para realização de diversas atividades compreendidas na ação. As ações implementadas serão acompanhadas e avaliadas através dos Termos de Compromisso de Gestão – TCGs, assinados anualmente pela direção do instituto com o MCT, através da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP, bem como, por visitas técnicas de especialistas.	4,95%
	Ação: 6995 - Fomento a Projetos de Fortalecimento da Capacidade Científica e Tecnológica	Projeto de desenvolvimento científico e tecnológico analisado, aprovado e financiado.	Direta e Descentralizada Os projetos são apresentados à unidade administrativa responsável para análise de viabilidade e compatibilidade com os objetivos da ação, podendo ser de iniciativa da Administração Pública Estadual ou Municipal, direta ou indireta, bem como de produtores privados, fixando-se as respectivas contrapartidas e definindo a participação do MCT de acordo com as disponibilidades financeiras.	15,62%
2106 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação	Ação: 2000 - Administração da Unidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.	Se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis	42,56%



			próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.	
--	--	--	--	--

Fonte: Extração do SIAFI 2012.

Evidenciamos que o maior volume de gastos do ON se concentra na administração da própria UJ. Quanto à área fim, os maiores gastos se concentraram nas ações 4124, 6995 e 2291. Quanto aos outros 5%, eles estão dispersos em cinco outras ações, pertencentes a quatro programas diferentes, dentre eles, os dois já mencionados.

1.1.2 CARTÃO CORPORATIVO

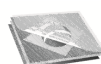
1.1.2.1 CONSTATAÇÃO

Ocorrência de dois saques não justificados no uso do cartão de pagamento do governo federal - CPGF.

Fato

Com intuito de avaliar a conformidade das despesas efetuadas em 2012 por meio do CPGF, selecionamos para análise 9 processos pelos critérios de materialidade e criticidade (ocorrência de saques). Da análise, verificamos a seguinte irregularidade/impropriedade:

Nos processos de suprimento de fundos n.º 43, 44 (suprido CPF ***.854.197-**) e n.º 32 (suprido CPF ***.840.867-**) não houve justificativas para os saques realizados, em desacordo com o que determina o artigo 4º, § 2º da Portaria MPOG n.º 41/2005 transcrito a seguir:



§ 2º O saque para o pagamento das despesas enquadradas como suprimento de fundos deverá ser justificado pelo suprido, que indicará os motivos da não-utilização da rede afiliada do CPGF.

Causa

Falhas nos procedimentos de controles internos referentes à prestação de contas do uso do CPGF.

Manifestação da Unidade Examinada

Considerando as situações apontadas, por meio da SA n.º 201306040/08 solicitamos justificativas e esclarecimentos adicionais quanto ao motivo da viagem, com a respectiva comprovação, bem como, a não exigência de justificativas para os saques realizados pelos supridos nos respectivos processos de suprimento de fundos.

Em resposta, por meio de correio eletrônico, em 22/05/2013, o gestor informou que:

Ausência de justificativas para os saques:

“Temos a informar que as devidas justificativas, anexas, foram solicitadas e prestadas em abril/2013, porém deixaram de ser inseridas nos respectivos processos, o que já foi feito. Ficando estes desta forma saneados e, atendo a solicitação da CGU.”

Análise do Controle Interno

Quanto à ausência de justificativas dos saques, o gestor informou que as mesmas foram prestadas em abril/2013 e deixaram de ser inserido nos processos, ou seja, as justificativas somente foram apresentadas em função dos questionamentos realizados pela equipe de auditoria e não no momento da realização dos saques ou prestações de contas. Desta forma, apesar das justificativas para os saques realizados serem plausíveis, foram intempestivas, evidenciando que os controles internos nos procedimentos de utilização dos cartões de pagamento são deficientes.

Recomendações:



Recomendação 1: Implementar procedimento formal de controle interno referente à obrigatoriedade de apresentação de justificativas para os saques realizados nos processos de prestação de contas dos recursos utilizados por meio do CPGF.

1.1.3 CONTRATOS SEM LICITAÇÃO

1.1.3.1 CONSTATAÇÃO

Contrato firmado por meio de dispensa de licitação emergencial prorrogado indevidamente.

Fato

Analizamos duas contratações por dispensa de licitação, no valor de R\$ 498.887,50 (quatrocentos e noventa e oito mil, oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), que representam 90% de um universo de cinco dispensas que geraram contratos em 2012, no valor total de 554.559,50 (quinhentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos). Em uma das contratações verificamos a seguinte impropriedade:

A dispensa de licitação n.º 46/2012 referente à aquisição de passagens aéreas, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), foi fundamentada no inciso IV do artigo 24 da lei 8.666/93, dispensa emergencial. O Contrato n.º 04/2012 foi firmado em 03/05/2012 com vigência de 180 dias, expirando em 01/11/2012. Entretanto, no dia 02/11/2012, foi assinado o 1.º termo aditivo prorrogando o contrato em 180 dias, o que é vedado conforme o referido dispositivo.

Causa

Falhas nos controles internos na área de licitação, que não acompanhou adequadamente as alterações na legislação para aquisição de passagens aéreas.

Manifestação da Unidade Examinada

Por meio da SA n.º 201306040/08, solicitamos justificativa a Unidade. Em resposta, por meio de e-mail, em 22/05/2013, UJ informou o que segue:

“Iniciamos, em março de 2012, processo licitatório para contratação de passagens aéreas, cujo pregão eletrônico n.º 005/2012 não logrou êxito em face da edição das IN 07 e 08 que modificaram a forma de remuneração das Agencias prestadoras de serviço de emissão de passagens.



Em função disso aliado ao encerramento do contrato anterior fizemos contrato emergencial com a empresa Icone, ainda sob a égide da legislação anterior (maior desconto, 5,5%), que apresentou a melhor proposta conforme fls. 8 a 13 do presente processo. O contrato teve vigência até 01/11/2012.

Em 04/10/2012 submetemos a aprovação da AGU minuta de edital com adequação as INs 07 e 08, processo administrativo 01210.0002572012-09.

O processo retornou da AGU em 31/10/2012, para adequações, que só poderiam ser sanadas por quem editou as normas, razão pela qual consultamos, via email, o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e não obtivemos respostas.

Com a proximidade do final do contrato emergencial e a insegurança jurídica para iniciar o procedimento licitatório, aproveitamos o mapa comparativo constante do memo 023/2012/ SAL de fls. 01 do processo acima citado, onde tivemos como melhor preço ofertado o valor de R\$30,00, e optamos por dar prosseguimento ao contrato existente enquanto dávamos andamento ao novo procedimento licitatório.

Embora, de forma equivocada, via aditamento, praticamos o princípio da economicidade, sabendo-se que, por exemplo, a IMBEL paga R\$59,00 e o INT R\$96,00, pelo serviço que pagamos R\$30,00.”

Análise do Controle Interno

Em que pesem as justificativas apresentadas, analisamos o parecer da AGU mencionado na manifestação e não identificamos qualquer adequação que dependesse do órgão emissor da norma (MPOG). Além do mais, a IN STLI n.º 07/2012 deveria ser observada pela UJ, uma vez que estava em vigor à época do final da vigência do Contrato n.º 04/2012. Portanto, entendemos que a relatada insegurança jurídica já não ocorria com a edição da IN SLTI n.º 07/2012, em 27/08/2012 e, portanto, deveria ter sido realizado o procedimento licitatório.

Recomendações:

Recomendação 1: Estabelecer procedimentos internos de acompanhamento permanente das alterações na legislação que subsidiam a realização de processos licitatórios.



1.1.4 RESULTADOS DA MISSÃO INSTITUCIONAL

1.1.4.1 INFORMAÇÃO

Avaliação dos indicadores institucionais PRB e PRPT do ON quanto à sua utilidade e mensurabilidade.

Fato

Quanto aos nove indicadores selecionados para análise, destacamos a situação específica dos dois indicadores abaixo.

Indicador	Descrição	Fórmula
PRB – Participação Relativa de Bolsistas	NTB = Somatório dos bolsistas (PCI, RD etc) existentes no ON. NTS = Número total de servidores em todas as carreiras	$PRB = (NTB / NTS) \times 100$
PRPT – Participação Relativa de Pessoal Terceirizado	NPT = Somatório do pessoal terceirizado existente no ON. NTS = Número total de servidores em todas as carreiras.	$PRPT = NPT / NTS \times 100$

Quanto ao indicador PRB, foi atingido o valor pactuado para o ano de 2012. Neste índice estão incluídos somente os bolsistas de nível superior engajados em projetos de pesquisa, quase todos com bolsas de pós-doutorado. Para os alunos de graduação o ON tem um programa de estágios, em convênio com o Centro de Integração Empresa-Escola do Rio de Janeiro - CIEE/RJ. Os bolsistas dos cursos de pós-graduação em Astronomia e Geofísica (da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq) e os bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq não são incluídos neste índice, conforme estabelecido no TCG.

Quanto ao indicador PRPT, o valor pactuado não foi atingido, pois a participação relativa de pessoal terceirizado do ON tem aumentado em relação aos últimos anos devido essencialmente a aposentadorias e falecimentos. O ON terminou 2012 contando



com 124 servidores em seu quadro contra 131 servidores ao fim de 2011. Ainda sobre o indicador PRPT, ressaltamos os resultados obtidos em 2011 e 2012:

A) 2011 - $NPT = 69$, $NTS = 131$, $PRPT = (NPT/NTS) \times 100 = (69/131) \times 100$ - $PRPT = 52,7 \%$.

B) 2012 - $PRPT = (NPT/NTS) \times 100 = (70/124) \times 100$ - $PRPT = 56,45 \%$.

Analisando o TCG 2012, assinado entre o MCTI e o ON, verificamos que ambos os indicadores acima possuem peso zero na avaliação de desempenho da UJ. Ressaltamos que esses indicadores e seus respectivos pesos foram propostos pela Subsecretaria de Unidades de Pesquisa – SCUP/MCTI.

Evidenciamos, ainda, que esses mesmos indicadores são utilizados não só pelo ON, como também nos TCG's que o MCTI assinou com outras UJ's, (Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST e Centro de Tecnologia Mineral - CETEM) possuindo o mesmo peso na avaliação global, isto é, zero. Esses dois indicadores são importantes para o ON, apesar de sua relativa falta de governabilidade devido à dependência de recursos orçamentários, pois servem para quantificar e qualificar a participação dos segmentos de terceirizados e bolsistas no conjunto de recursos humanos da instituição, sendo incluídos no seu processo de planejamento institucional.

Cabe lembrar que esses indicadores foram propostos em 2001, ano em que o TCG foi adotado e que, possivelmente, poderiam ser revisados. Principalmente no caso do PRPT, uma vez que a legislação atual não contempla mais número de terceirizados e sim unidades de serviço.

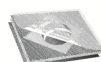
Concluimos, então, que apesar de sua utilidade para a UJ, qualquer ação quanto às eventuais alterações desses indicadores devem ser pleiteadas diretamente junto à SCUP/MCTI, que é a responsável pela criação dos mesmos e pelo estabelecimento de seus pesos relativos na avaliação das Unidades que assinam o TCG.

1.1.5 SISTEMA DE INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

1.1.5.1 INFORMAÇÃO

Avaliação da contratação e gestão de bens e serviços de TI pelo ON.

Fato



Analisamos o único processo de compra de contratação de material de consumo de TI efetuado efetivamente pelo ON, realizado por pregão, no valor de R\$ 21.479,52 (vinte e um mil, quatrocentos e setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos). Com base na amostra selecionada, constatamos que essa contratação de Solução de TI foi baseada na necessidade real do órgão/entidade e está alinhada com o PDTI. Evidenciamos, ainda, que o processo licitatório relacionado à contratação de Soluções/materiais de TI foi baseado em critérios objetivos, sem comprometimento do caráter competitivo do certame, e realizado conforme a IN N.º 04/2010 da SLTI.

Ressaltamos que as importações do ON, relativas a TI ou não, são efetuadas pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF, de acordo com o Acordo de Cooperação, acordado entre ON e CBPF e publicado no DOU de 29/06/2010.

2 CONTROLES DA GESTÃO

2.1 CONTROLES INTERNOS

2.1.1 AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

2.1.1.1 INFORMAÇÃO

Avaliação dos controles internos do ON em suas diversas áreas.

Fato

Após analisar os controles internos do ON e considerando os cinco aspectos abaixo, temos:

a) Ambiente de controle;

Como resultado de nossa análise, consideramos o ambiente de controle adequado na gestão das seguintes áreas: Resultados Quantitativos e Qualitativos - RQQ, Compras e Contratações - CC, Tecnologia de Informação – TI, Patrimônio e na gestão de pessoas (RH). Havendo espaço para melhoria na gestão das áreas de CPGF.

b) Avaliação de risco;

No caso da avaliação de risco, consideramos adequadas as gestões de RQQ e patrimônio. Havendo espaço para melhorias nas áreas de CC, TI, RH e CPGF.

c) Atividades de controle;

Com relação às atividades de controle, consideramos adequada apenas a gestão de RQQ. Há espaço para melhorias nas gestões de CC, TI, patrimônio, RH e CPGF.



d) Informação e Comunicação;

Considerando o item informação e comunicação, estão adequadas as gestões de RQQ e patrimônio. As gestões de CC, TI, RH e CPGF podem ser melhoradas.

e) Monitoramento.

Quanto ao monitoramento, consideramos adequada apenas a gestão de RQQ. Havendo espaço para melhorias nas demais gestões.

Observamos que, devido ao perfil da UJ, não há a necessidade de criação de controles internos administrativos nas gestões das seguintes áreas: transferências, passivos assumidos pela UJ sem prévia previsão orçamentária e de renúncias tributárias praticadas.

De um modo geral, entendemos que, dependendo da área de gestão, há espaço para melhorias ou necessidade de melhorias nos cinco pontos que compõem os controles internos administrativos da UJ.

3 GESTÃO PATRIMONIAL

3.1 BENS IMOBILIÁRIOS

3.1.1 UTILIZAÇÃO DE IMOBILIÁRIOS

3.1.1.1 INFORMAÇÃO

Avaliação da gestão da área de patrimônio do ON.

Fato

Evidenciamos que o ON possui três imóveis/terrenos, um dos quais compõe o campus do ON-MAST, cadastrados no SPIUNet embora parte de um deles esteja sob responsabilidade do MAST. No intuito de esclarecer essa situação solicitamos uma posição da UJ sobre este assunto.

Em manifestação por meio de email, em 03/05/2013, a Diretora Substituta do MAST e o Diretor do ON, assim se manifestaram, conjuntamente sobre o patrimônio utilizado em conjunto pelo MAST e pelo ON:

“Através de assinatura do Termo de Entrega Provisória, a SPU (Outorgante) transferiu para o MCTI (Outorgado) a área do campus compreendido entre as ruas General



Bruce, General Argolo e General José Cristino para uso das unidades de pesquisa ON e MAST. O Termo assinado em 29 de outubro de 2010 em sua Cláusula Quarta afirma: que a presente entrega provisória é feita com a obrigação do OUTORGADO (MCTI) observar os seguintes encargos...:

(a) apresentar planta de situação/locação e memorial descritivo do terreno e das benfeitorias, atualizados e assinados por profissional competente, observando a necessidade de alteração/correção caso seja verificada qualquer discrepância quando da homologação pelo setor competente desta SPU/RJ;

(b) efetivar o levantamento, cientificando a SPU/RJ quanto ao resultado, e, conforme o caso, promover ou subsidiar a regularização, observando a legislação em vigor, de ocupações e/ou utilizações, por terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, de áreas e/ou benfeitorias inseridas no imóvel ora entregue provisoriamente;

(c) promover a regularização e/ou atualização da situação cartorial e ocupacional do imóvel, com a adoção das providências que forem necessárias para tal, tais como, averbações de construções e/ou demolições, desmembramentos, remembramentos, etc.;

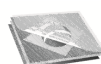
(d) promover a regularização e/ou atualização da situação do imóvel junto à Prefeitura Municipal, caso seja necessário;

(e) promover a conferência, atualização e/ou correção dos saldos constantes do sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNET;

Ou seja, de acordo com o Termo de Entrega Provisória é obrigação do Outorgado (MCTI) realizar estudos sobre a área (confirmar seus limites com outros prédios: definir a área construída; etc), listados nos itens (a), (b), (c), (d) e (e), assim como solicitar prorrogações de prazo e outras providências junto a SPU. Em uma etapa posterior, o Outorgado (MCTI) determinará que parte desse patrimônio ficará sob a responsabilidade (uso) do MAST e do ON.

Entendemos ainda que o Plano Diretor do Campus ON/MAST elaborado pelo IBAM, conjuntamente com as Direções de MAST e ON e com a participação do MCTI e dos órgãos de patrimônio (IPHAN e INEPAC) é um importante documento que norteia e orienta o uso do campus e de seus imóveis, mas que não é um documento decisório, não estabelecendo portanto de maneira oficial quais os bens imóveis que estão sob a guarda do ON e quais estão sob a guarda do MAST.

Informamos ainda que nosso ponto de vista sobre o tema poderá ser revisto no futuro em função de alguma nova informação vinda do MCTI.”



Certificado de Auditoria Anual de Contas



Presidência da República - Controladoria-Geral da União - Secretaria Federal de Controle Interno

Certificado: 201306040

Unidade Auditada: OBSERVATORIO NACIONAL

Exercício: 2012

Processo: 01210000026201378

Município - UF: Rio de Janeiro - RJ

Foram examinados os atos de gestão dos responsáveis pelas áreas auditadas, especialmente aqueles listados no art.10 da IN TCU nº 63/2010, praticados no período de 01/01/2012 a 31/12/2012.

Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho definido no Relatório de Auditoria Anual de Contas constante deste processo, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram os resultados das ações de controle realizadas ao longo do exercício objeto de exame, sobre a gestão da unidade auditada.

Em função dos exames realizados sobre o escopo selecionado, consubstanciados no Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201306040, proponho que o encaminhamento das contas dos responsáveis referidos no art. 10 da IN TCU nº 63/2010, constantes das folhas 04 a 11 do processo, seja pela regularidade.

Rio de Janeiro/RJ, 25 de Junho de 2013.

Chefe da Controladoria Regional da União no Estado do Rio De Janeiro

Parecer de Dirigente do Controle Interno



Presidência da República - Controladoria-Geral da União - Secretaria Federal de Controle Interno

Relatório: 201306040

Exercício: 2012

Processo: 01210000026201378

Unidade Auditada: OBSERVATORIO NACIONAL – ON

Município/UF: Rio de Janeiro/RJ

Em conclusão aos encaminhamentos sob a responsabilidade desta CGU quanto ao processo de contas do exercício da Unidade acima referida, expresse opinião acerca dos atos de gestão referente ao exercício de 2012 a partir dos principais registros e recomendações formulados pela equipe de auditoria.

2. Os trabalhos de auditoria realizados por esta CGU destacaram, por meio de procedimento de análise das duas Ações finalísticas da UJ vinculadas ao Programa 2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação e Objetivo 0403 do MCTI no PPA 2012-2015, AÇÃO: 4124 - Pesquisa e Desenvolvimento em Astronomia e Astrofísica, Geofísica e Metrologia de Tempo e Frequência e AÇÃO: 2291 - Metrologia de Tempo e Frequência, Gravidade e de Orientação Magnética, que ambas as Ações extrapolaram as metas físicas previstas permanecendo dentro do patamar de execução financeira preestabelecido.

3. Os trabalhos de auditoria não evidenciaram, no decorrer do exercício de 2012, impropriedades graves na gestão do Observatório Nacional – ON que impactassem a execução das políticas públicas a cargo da unidade. Quanto à qualidade e suficiência dos controles internos administrativos a equipe de auditoria consignou que esses carecem de melhorias na formalização dos processos e no acompanhamento da atualização da legislação correlata, de modo a possibilitar que os riscos possam ser mais bem avaliados e controlados.

4. Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VI, art. 13 da IN/TCU/N.º 63/2010 e fundamentado no Relatório de Auditoria CGU n.º 201306040, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria, de regularidade das contas dos responsáveis consignados no Rol de Responsáveis constante do processo de contas da unidade.

5. Desse modo, o processo deve ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.º 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília/RJ, 01 de Julho de 2013.

LUIZ CLÁUDIO DE FREITAS
Diretor de Auditoria da Área de Infraestrutura - substituto